



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO –
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA.**

Ref.: Concorrência Pública nº 02/2021

AMO SERVIÇOS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.298.685/0001-05, com sede na Rua Bráulio, 360, Santo Elias, Mesquita, Rio de Janeiro/RJ representada por seu sócio, Guilherme da Silva Barbosa, vem à presença de Vossa Senhoria, exercer o seu direito Constitucional de petição aos Poderes Públicos conforme estabelecido no art. 5º, XXXIV, LIV, LV, LXXVIII, todos da CF/88, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão da digna Comissão de Licitação que desclassificou a recorrente da Concorrência Pública nº 02/2021. Nesta oportunidade apresenta as razões de fato e direito que indubitavelmente levarão à reconsideração da decisão e inabilitação proferida.



I- DA TEMPESTIVIDADE

Cumpra esclarecer que a apresentação do presente é tempestiva, tendo em vista o prazo de 5 (cinco) dias úteis estabelecido no item 16.1 do Edital.

II- DOS FATOS:

No dia 03/08/21 foi retomada a sessão para o resultado acerca da análise das propostas apresentadas na Concorrência Pública nº 02/2021, cujo objeto é a manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações quando necessário nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, dividida em 4 lotes, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência e Proposta detalhe.

O resultado da análise das propostas da recorrente foi o seguinte: “*declarar a empresa NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME, CNPJ: 10.024.253/0001-23, vencedora do Lote I.*”, porém, a mencionada empresa não poderia ser declarada vencedora, tendo em vista que a documentação apresentada não corresponde ao exigido no edital, conforme será demonstrado, motivo pelo qual a decisão que declarou a referida empresa vencedora do Lote I deve ser reformada.

- DO DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E A APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA PELA EMPRESA NOLASCO

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é regra basilar no âmbito das contratações públicas. Seja qual for a modalidade de licitação adotada este princípio vincula a administração e também os interessados em participar do procedimento para contratar com a Administração, sendo certo que a empresa que não tiver condições de



cumprir o disposto no Edital não pode formalizar contrato com a Administração Pública, sob pena de quebra de isonomia dos participantes e violação aos princípios da segurança jurídica e legalidade.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é regra estabelecida no artigo 48, inciso I da Lei 8.666/93:

“Art. 48. Serão desclassificadas:

I – As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação.”

De acordo com o Ilustríssimo doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

“Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou de fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito Administrativo, São Paulo: Atlas, 2019)

No presente caso, o Edital de licitação exige em seu item 7.6 que a licitante apresente a planilha de formação do B.D.I e a Declaração do sistema de contribuição Previdenciária Patronal adotada pelo licitante, conforme declaração do anexo XIV, vejamos:

7.6 Os documentos do **ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS**, bem como a **Planilha de Formação do BDI** (Anexo XV – Termo de Referência) serão apresentados em 4 (quatro) vias, incluindo a **Declaração de Sistema de Contribuição Previdenciária Patronal** adotada pelo licitante (**Anexo XIV**) exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela administração (Anexo I) ou modelo idêntico a ser apresentado pelo licitante as quais deverão ser preenchidas por processo mecânico ou digitado e devidamente rubricadas pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

7.6.1 O licitante deverá apresentar, como anexo da proposta comercial, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos do Modelo de Declaração constante do Anexo II.

Ocorre que a licitante Nolasco, declarada vencedora do Lote I, não cumpriu com a determinação disposta no item 7.6 do Edital, pois apresentou informação divergente na declaração do anexo XIV e na planilha de formação do B.D.I, tendo em vista que não utilizou a alíquota de 20% de Contribuição Previdenciária Patronal declarada no anexo XIV para a formação do B.D.I, vejamos:

- Declaração do Anexo XIV:

Nolasco Construções, Reformas e Instalações Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 19.024.253/0001-23, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Roberto Nolasco de Souza e do CPF nº 031.380.427-32, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que o **Regime de Contribuição Previdenciária Patronal adotado**, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 13.161/2015, é o sistema de alíquota de 20% sobre a folha de pagamento da Lei Federal nº 13.161/2015.

- BDI (Anexo XV):

I. Taxa representativa da incidência dos TRIBUTOS (sobre o FATURAMENTO da empresa)	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
I.1 - ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) - Municipal	5,00
I.2 - COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Federal	3,00
I.3 - P I S (Programa de Integração Social) - Federal	0,65
I.4 - Contribuição Previdenciária p/ INSS - Federal - Lei 12.844/2013	4,50
I =	13,15



Como bem podemos verificar existem informações divergentes apresentadas pela licitante declarada vencedora do Lote 1, tendo em vista que o documento do anexo XIV declara que o Regime de Contribuição Previdenciária Patronal adotado pela empresa é o sistema de alíquota de 20%, conforme Lei 13.161/2015, ao passo que no anexo XV apresenta informação que não coaduna com a declaração do anexo XIV, pois empresa declara na composição do B.D.I ser beneficiária da desoneração da folha de pagamento prevista na Lei 12.844/13, com a incidência da alíquota de 4,5%, ou seja, a licitante traz informações que não correspondem à realidade dos fatos acerca da carga tributária da empresa, o que altera diretamente a sua planilha de composição de preços.

A divergência entre as declarações apresentadas pela licitante configura a apresentação de declaração falsa, pois uma das informações apresentadas não correspondem à realidade, ou seja, trata-se de ato atentatório à lisura do procedimento, com o claro intuito de ludibriar a comissão de licitação que claramente foi levada à erro e declarou a licitante Nolasco vencedora do Lote I, ao arrepio dos comandos Editalícios.

Ademais, a conduta praticada pela empresa Nolasco é considerada uma infração administrativa prevista no artigo 155, inciso VII da Lei 14.133/21 que revogou o artigo 90 da Lei 8.666/93, que prevê que:

“Art. 155. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.”

No mesmo sentido encontra-se o item 17.14 do Edital:



17.14 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.

Vejamos a jurisprudência do Tribunal de contas da União acerca da apresentação e declaração com conteúdo falso:

Representação. utilização de ata de registro de preços para contratação de obras no âmbito de certame amparado na lei 13.303/2016. apresentação de declaração com conteúdo falso por parte de licitante com vistas a auferir os benefícios previstos na lei complementar 123/2006. oitiva. audiência. fraude comprovada à licitação. declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública federal. científicações. Grifo nosso. (Acórdão 1767/2021 – TCU Plenário).

Denúncia. notícia de possíveis irregularidades no pregão eletrônico para registro de preços visando à contratação de serviços de autoescola. fraude documental de licitante. conhecimento e procedência parcial da denúncia. declaração de inidoneidade da empresa licitante fraudadora. ciência do acórdão ao denunciante e à entidade denunciada. arquivamento dos autos. Grifo nosso. (Acórdão 1753/2021 – TCU Plenário)

Vale ressaltar ainda, que não há reconhecimento de firma nos documentos apresentados pela empresa, motivo pelo qual não é possível verificar a autenticidade dos mesmos.

Desta forma, merece ser reformada a decisão que declarou a empresa Nolasco vencedora do lote I, tendo em vista que a mesma não preenche os requisitos editalícios para a



contratação, além de ter cometido infração Administrativa tipificada no artigo 155, inciso VIII da Lei 14.133/21, devendo imediatamente ser desclassificada da concorrência 02/2020 em respeito aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, legalidade e segurança jurídica.

III – DOS PEDIDOS:

Diante do exposto requer:

I – O recebimento do presente recurso com efeito suspensivo, nos termos do artigo 109, § 2º da Lei 8.666/93;

II – O acatamento das razões recursais expostas, com a **necessária DESCLASSIFICAÇÃO** da empresa NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA, declarada vencedora do Lote I, ao arrepio dos comandos Editalícios, tendo em vista que **NÃO PREENCHEU OS REQUISITOS DO EDITAL**, e não obedeceu ao comando legal disposto no artigo 48, inciso I da Lei 8.666/93, bem como praticou a infração tipificada no artigo 155, inciso VIII da Lei 14.133/21;

III – Caso as razões recursais apresentadas não sejam acatadas, que seja a presente peça recursal encaminhada à autoridade superior para revisão, nos termos do artigo 109 da Lei 8.666/93 § 4º Lei 8.666/93.

São os termos em que,

Pede e aguarda Deferimento.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2021.

AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA

Guilherme da Silva Barbosa

Diretor